

SIMPÓSIO AT110

NARRATIVAS SOBRE O INDÍGENA NO BRASIL: LITERATURA COMO INSTRUMENTO DE SILENCIAMENTO

FAZIO, Caroline Aparecida
Instituto de Estudos da Linguagem / Universidade Estadual de Campinas
carolfazio13@gmail.com

LAGE, Gabriela Siqueira
Instituto de Estudos da Linguagem / Universidade Estadual de Campinas
gabriela.lage95@gmail.com

RICCO, Ana Carolina Souza Santos
Instituto de Estudos da Linguagem / Universidade Estadual de Campinas
acarolricco@gmail.com

FLORENZANO, Rafaela Almeida
Instituto de Estudos da Linguagem / Universidade Estadual de Campinas
rafaflorenzanoz@gmail.com

Resumo: O presente trabalho se dedica a uma investigação das narrativas construídas por meio da literatura brasileira, no que diz respeito à constituição de um discurso a respeito da identidade nacional que situa os povos indígenas constantemente no local do "outro", retratado por setores sociais que centralizam os meios de produção cultural. Pretende-se observar os efeitos dessa construção, que produz um apagamento e o silenciamento sistemático da memória de um povo, cujas vozes são sobrepostas por um imaginário repleto de mitos e estereótipos. Para tanto, faz-se necessária uma análise comparativa, contrapondo diversos momentos de nossa história literária. Foram selecionados para evidenciar as características que busca-se investigar, a obra de Antônio Vieira, o romance *Iracema*, e também obras do Modernismo, sempre levando em conta as condições de produção dos textos observados. A hipótese formulada é de que a literatura brasileira possui um fio condutor marcado por um violento silenciamento, a partir do qual se constitui o não-lugar do indígena, sempre situado na posição do exótico, animalesco ou mitológico. Para fundamentar essa discussão, será utilizado o trabalho de Eni Orlandi e Pierre Achard a respeito do discurso e da memória, bem como análises da literatura nacional sob a ótica de Francisco Foot e outros.

Palavras-chave: povos indígenas; literatura brasileira; silenciamento.

Abstract: The present work is dedicated to an investigation of the narratives constructed through the Brazilian literature, regarding the constitution of a discourse on the national identity that places the indigenous peoples constantly in the place of "other", portrayed

by social sectors that centralize the means of cultural production. It is intended to observe the effects of this construction, which produces an erasure and the systematic silencing of the memory of a people, whose voices are superimposed by an imaginary full of myths and stereotypes. For this, a comparative analysis is necessary, contrasting several moments of our literary history. The works of Antônio Vieira, the novel *Iracema*, and also works from the Modernist period were selected, always taking into account the conditions of production of the texts observed. The hypothesis formulated is that the Brazilian literature has a thread marked by a violent silencing, from which the non-place of the native is constituted, always situated in the position of the exotic, animalistic or mythological. To support this discussion, we will use the work of Eni Orlandi and Pierre Achard on discourse and memory, as well as analyzes of the national literature under Francisco Foot et al.

Keywords: indigenous peoples; brazilian literature; silence.

Introdução

A partir de uma análise da construção cultural brasileira, é possível observar que a literatura desempenha, na formação do país, um papel primordial na construção de uma identidade nacional, considerada imprescindível para a real independência, para a qual a identidade étnica não poderia ser ignorada. Essa identidade, no entanto, não irá formar-se sem inevitáveis problemáticas e violências. Este trabalho visa, portanto, discutir o discurso produzido a respeito do indígena durante este processo dentro da literatura, bem como os silêncios por ele produzidos, uma vez que, conforme Orlandi (1990), o silêncio não se trata apenas de um vazio do discurso, ele também significa através dos não-ditos que estabelece.

O percurso traçado para essa discussão se dá por meio de três momentos. Inicialmente, faz-se necessária uma análise do pensamento colonial no que concerne à representação dos povos indígenas na literatura, por meio da obra de Antônio Vieira, padre jesuíta.

Posteriormente, a análise estará centrada no período pós independência, observando tanto o Romance Indianista *Iracema* quanto o projeto Modernista, a fim de identificar as possíveis problemáticas em diferentes projetos de identidade nacional, ambos com um suposto viés de hipervalorização dos povos nativos, que no entanto dão lugar à exotização e animalização destes mesmos povos.

Dessa maneira, busca-se uma compreensão acerca de como essas representações se relacionam enquanto discurso que existe na condição de apagamento da memória desses povos e pressupõe o silenciamento de outras representações possíveis.

1. Padre Antônio Vieira

O registro a respeito da missão jesuíta pós-descobrimiento fornecido pelos sermões de Padre Antônio Vieira permite uma análise do papel da religião no processo de exclusão e apagamento do indígena enquanto membro constituinte da nação no período colonial. Para tanto, é interessante observar as considerações de Orlandi quanto à catequização dos povos indígenas:

É pela colagem, pela repetição estrita de um discurso ocidental cristão que o apagamento do índio e de sua cultura se realizam e se mostram. O principal nesse processo é dar ao missionário a função de intérprete, de mediador. De posse dessa função, ele fixará a direção do contato (do branco para o índio) e o valor dado a cada cultura. (ORLANDI, 1990, p. 71)

Assim, o padre jesuíta possui a possibilidade, ao colocar o indígena como sujeito a ser salvo, de privar-lhe de suas crenças e culturas, bem como coloca o sujeito português no controle do discurso constituído acerca desses povos e dos silêncios por ele produzidos, conforme se pode observar nos sermões de Vieira, que embora afirmem uma visão caridosa do índio, o retrata sempre como objeto de observação a ser avaliado de acordo com um padrão português, de forma que estas populações “bárbaras e incultas” (VIEIRA, 1965, p. 2) necessitariam ser assimiladas por povos civilizados, a fim de receberem a salvação.

É desse lugar, portanto, quando o Brasil torna-se pátria independente, que se parte em busca de uma identidade nacional que diferencie e defina o brasileiro enquanto povo. Esse projeto cultural, na literatura, encontra sua raiz no Romantismo, que, conforme Silva, trata-se do momento em que

a expressão do caráter nacional de nossa identidade torna-se uma preocupação formal entre nossos intelectuais para diferenciar-nos de Portugal. Essa postura metodológica também coloca-se simpática à proposta de Antônio Cândido de que é a

partir desse período que nossa literatura constitui-se como sistema em que se verifica, “a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros.” (SILVA, 2010, p. 3).

2. Iracema

A fase literária denominada de Romantismo Indianista é marcada pela busca de uma identidade nacional através do aprofundamento em temáticas que representam os elementos fundadores da identidade e nacionalidade brasileira, como a valorização do indígena, por exemplo. Com o objetivo de criar esse novo imaginário da cultura do país, distanciando da cultura do colonizador, obras como “Iracema”, de José de Alencar, retratam o indígena como elemento essencialmente brasileiro e importante na história e cultura do país, visto que são os primeiros nativos, mas ainda assim é possível notar na obra, de forma implícita, a visão europeia presente no imaginário cultural brasileiro. Assim, “o Indianismo, na ausência de um passado histórico como a Idade Média que lhe servisse de referência, volta-se para o índio institucionalizando-o enquanto passado mítico oficial do Brasil.” (SILVA, 2010, p. 4).

Esse lugar do indígena como elemento de origem na constituição da identidade brasileira não se dá sem diversos problemas. Embora haja um esforço pela valorização da figura do nativo, muito presente na obra de Alencar, inclusive na linguagem utilizada, este vem acompanhado de um processo de apagamento de diferenças e “branqueamento” do indígena, que cada vez mais aproxima-se dos valores europeus (CUNHA, 2007).

Ademais, a submissão dos personagens a Martim, o guerreiro branco, de forma pacífica e voluntária, típica da idealização do bom selvagem é um retrato problemático do indígena, uma vez que Iracema mostra-se pronta a abrir mão dos ideais de sua tribo e família por amor a ele, entregando-se a ele e traíndo o segredo da Jurema (ALENCAR, 1870, p. 102). Esse amor, por sua vez, constitui em si um apagamento, considerando que “o encontro entre os índios e

os colonizadores foi um episódio marcado por diversas lutas, dominação, exclusão e violência” (SILVA, 2010, p. 6).

Considerando, portanto, o discurso do romance indianista de Alencar acerca das relações entre branco e indígena e levando em conta que todo discurso produz em si diversos silêncios (ORLANDI, 1990), uma vez que diz-se algo, no caso, afirma-se a possibilidade de relações de união afetiva entre índio e branco, de forma simultaneamente pacífica e desigual, deixa-se de falar a respeito da violência que marca esse encontro na história, reforçando um mito de igualdade não por meio de mútua construção da identidade nacional, mas sim por meio do apagamento das diferenças através da construção de uma narrativa que parte sempre do olhar do branco, colocando o indígena no local de “outro” a ser representado, civilizado e assimilado. Esse é, portanto, o ponto de partida da literatura brasileira pós-independência na construção discursiva acerca do brasileiro enquanto povo.

3. Modernismo

Já no século XX, a narrativa produzida com o modernismo, movimento de vanguarda artística, busca o que chamam de uma verdadeira identidade nacional divergente da apresentada até então, na qual a cultura brasileira e as representações de seus nativos eram determinadas pela visão do colonizador europeu. Esse projeto se dá por meio do ideal da antropofagia (ANDRADE, 1999), pela mescla de etnias e culturas, a valorização da miscigenação, do índio, do negro, como partes centrais da cultura brasileira. No entanto, o que nota-se em poemas modernistas e em obras como “Macunaíma” é uma homogeneização do outro, do ser não-branco, como se negros e indígenas fossem pertencentes a dois grandes conjuntos étnicos e todos tivessem as mesmas crenças, práticas e cultura dentro deste conjunto, além de uma representação caricatural, folclórica e passiva do ser antes colonizado e agora domesticado, sempre subalterno.

A exemplo disto, o projeto estético que transfigura o “Tabu em totem” (ANDRADE, 1976, p. 5) visa estabelecer o que é legitimamente brasileiro a partir do que pertence às culturas indígenas. Porém, não se considera justamente a existência dessas várias culturas por si mesmas, o que apaga certas identidades e idealiza outras, pois

(...) a nova nacionalidade que nasce desse neonaturalismo depende, igualmente, de operações ideológico-discursivas que, homogeneizando diferenças culturais e aplainando temporalidades estanques, com todos os seus conflitos antagônicos sublimados, no constructo textual maleavelmente plástico e absorvente de uma “geléia geral brasileira”, podem, até com certa dose de gracejos cativantes, excluir terminantemente as alteridades em nome de uma liberdade limitada das variações sócio ou etnolinguísticas, que passam a ser vistas não mais como produtos de sujeitos historicamente diversos e contraditórios, mas apenas como tipos ou costumes - no fundo pitorescos, folclóricos - de uma pluralidade carnavalizada tão mais festejada quanto impotente em sua inorganicidade. (HARDMAN, 2000, p. 323)

Este ideal de Brasil pode ser visto em Macunaíma, de Mário de Andrade (1988). A trajetória e a figura do protagonista anti-herói revelam um ser mitificado pela sua capacidade de abraçar todas as culturas presentes no país, o que não necessariamente as exalta como uma identidade nacional. Há na obra uma “colonização” pela alteridade, ou seja, o outro existe, mas não é ele quem se coloca (ou escolhe se colocar) como protagonista desta narrativa, seja ela ficcional ou não. Mário de Andrade, assim como os demais autores dessa fase da literatura brasileira, quer “descobrir” o brasileiro “que nem ele”, mas, para isso, apaga as diferenças e, mais uma vez, reforça a violência que constitui a sociedade brasileira e o contato entre brancos e indígenas, bem como retrata esses seres outros sempre como

figuras engraçadas e homens dignos de registro, porque rústicos, porque somente assim, subalternos, podem ser incorporados sem ameaça à ordem discursiva que se debruça até essa espécie de etnografia caricatural, passiva, (...) para que, em momento seguinte, os primitivos assim redescobertos sejam neutralizados como objetos meramente decorativos desse “verdadeiro sentimento poético” (HARDMAN, 2000, p. 323).

Essa neutralização de que fala Hardman se dá justamente pelo que não se diz, que impede a fala do outro e sua memória, através de uma “fala determinada pela memória do outro” (ORLANDI, 1990, p. 51). O impedimento da construção, na literatura e na cultura em geral, de locais de memória dos povos indígenas, alimenta o discurso da homogeneização pacífica do brasileiro.

Considerações Finais

A literatura brasileira, até o século XX, preocupada em estabelecer uma identidade genuinamente nacional, acabou por ignorar as particularidades das diferentes culturas e etnias que a compõem, por meio de representações estereotipadas que produzem apagamentos.

Destarte, a violência acarretada pelo silenciamento atravessa os limites do que é físico e sensível e revela-se nos discursos, ainda que estes se coloquem como preconizadores do que se pretende compreender como tal identidade em que o indígena aparece como outro a ser representado.

Essa característica, enraizada no pensamento colonial, conforme evidenciado nos textos de Antônio Vieira, prossegue na consolidação da cultura brasileira após a independência, em que o Romantismo aparece na literatura como idealizador de um imaginário a respeito do nacional, que será refeito e repensando durante a história literária brasileira, encontrando no Modernismo um análogo que, embora proponha-se à valorização da figura do negro e do índio, perpetua o retrato do indígena pelo olhar do branco.

Referências

ACHARD, Pierre et al. Memória e produção discursiva do sentido. **Papel da memória**, v. 2, p. 11-21, 1999.

ALENCAR, José de. **Iracema**: lenda do Ceará. H. Garnier, Livreiro Editor. Rio de Janeiro, 1870.

CUNHA, Rubelise da. **Deslocamentos**: o entre-lugar do indígena na literatura brasileira do século XX. 2007.

DE ANDRADE, Mário. **Macunaíma**. Editorial CSIC-CSIC Press, 1988.

DE ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. **Nuevo Texto Crítico**, v. 12, n. 1, p. 25-31, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. Algumas fantasias de Brasil: o modernismo paulista e a nova naturalidade da nação. **Pelas margens**: outros caminhos da história da literatura. Campinas/Porto Alegre, Editora da Unicamp/Editora da UFRGS, p. 317-332, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. Cortez Editora, 1990.

SILVA, Karin Hallana S. Iracema, Macunaíma e Viva o Povo Brasileiro: discurso literário e (des) construção da identidade brasileira. **Revista Garrafa**, v. 8, n. 23, 2010.

VIEIRA, P. A. **Sermão da Sexagésima**. 1965. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_actio n=&co_obra=1745>. Acesso em: 30 mai. 2019.